

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

GUIMARÃES 950-1580 (CONFERÊNCIA INÉDITA DE JOÃO DE MEIRA).

MEIRA, João de

Ano: 2012-2013 | Número: 122-123

Como citar este documento:

MEIRA, João de, Guimarães 950-1580 (Conferência inédita de João de Meira).
Revista de Guimarães, 122-123 Jan.-Dez. 2012-2013, p. 193-218.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

GUIMARÃES 950-1580 (Conferência Inédita de João de Meira)

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

«Não conhecermos a nossa própria história, diz um escritor moderno, é de bárbaro; conhecê-la, porém, viciada, tecida de burlas e de piedosas fraudes, é pior. Porque, no primeiro caso, com não sabermos quem somos, nem nos dizerem donde viemos, essa mesma ignorância obstará a que perpetremos muitos desconcertos; ao passo que, se laborarmos no vício de uma falsa informação, daremos muitas vezes, com a memória das fábulas que nos tiverem ensinado, razão sobeja e justificada a que se riam de nós.»

Há trinta anos que em Guimarães se luta para que nem sejamos chamados bárbaros, por ignorarmos a nossa história, nem sejamos objecto de mofa, por apresentá-la entretecida de lendas inaceitáveis.

Guimarães representa uma excepção em meio da indiferença com que tem sido tratados os estudos da história local.

Não nos têm faltado historiadores. Sem falar de André Afonso Peixoto e Luís da Gama, de cujas obras só conhecemos os títulos, ocuparam-se de Guimarães o cónego Gaspar Estaço de Brito, o Padre Torquato Peixoto de Azevedo, o Padre António Carvalho da Costa, o desembargador Francisco Xavier de Serra Craesbeeck e o Padre António José Ferreira Caldas.

Incidentalmente, algumas crónicas monásticas, a propósito dos conventos aqui estabelecidos, referem-se também a assuntos de história local.

¹ Publicado originalmente na Revista de Guimarães, Nº 31(3), Jul.-Set. 1921, p.119-151)

Mas só depois que esta casa se fundou, que a sua abundante biblioteca se abriu, e que a sua Revista se constituiu repositório de materiais, a história de Guimarães começou a fazer-se cientificamente.

O homem ilustre a quem esta instituição se deve, porque dela foi ocasião, porque em homenagem lha ergueram os seus amigos e os seus admiradores, o homem ilustre cuja data aniversária estamos comemorando, dera o exemplo do estudo probo e desinteressado das origens étnicas, rebuscando-as no solo, na tradição e na interpretação dos monumentos escritos que nos ficaram da antiguidade.

Francisco Martins Sarmiento pôde estabelecer certo número de verdades etnológicas que lhe teriam dado renome universal, se as não escrevera em língua quási desconhecida, onde se encontram sujeitas ao triste precalço, que já lhes sucedeu, de irem enfeitar como penas de pavão o pouco escrupuloso trabalho de algumas gralhas francesas.

O exemplo de tenacidade e de amor ao estudo, dado por Martins Sarmiento, frutificou; e a nossa história local encontrou no Abade de Tagilde o seu Mommsen.

Minhoto sem mescla de sangue estranho, pelo menos durante cinco gerações, o Padre João Gomes de Oliveira Guimarães amou de-veras o concelho onde nasceu, viveu e morreu.

Sabendo que para a elaboração de uma história honesta são necessários materiais, e não os achando reunidos, devotou-se à enfadonha e inglória tarefa de os juntar.

Tudo o que pode ter interesse histórico relativamente a Guimarães e se encontra nos nossos cartórios públicos ou particulares, nos cartórios eclesiásticos de Braga e no Arquivo da Torre do Tombo, foi por êle publicado, ou simplesmente indicado, ou ficou nas suas notas à espera de uma oportunidade que a morte não deixou chegar.

O seu perdurável título de glória é a persistência com que durante perto de trinta anos, desde 1884, procurou elucidar as questões de pormenor, ou leu, sumariou e publicou documentos.

O futuro monógrafo de Guimarães terá muito que aproveitar dêle e bendirá a sua memória veneranda, por encontrar desbravado o terreno, e já esquadriado e pronto o material com que há-de erguer o edificio da nossa história.

Em 24 de Outubro de 1147 foi tomada Lisboa. O que impedia para lá o Rei português, com o auxílio dos cruzados, prestado em condições fortemente onerosas, não era só o prazer da conquista e a necessidade de ampliação do território. Outro motivo forçava Afonso Henriques a submeter-se às duras condições da gente de guerra do Norte. Era a necessidade de assegurar o comércio de cabotagem e a necessidade de pôr termo à pirataria costeira em que os lisboenses se mostravam peritos e vezeiros. Sem ciência nem coragem para

se abalançarem ao mar largo, os lisbonenses do século XII sabiam e ousavam caminhar ao longo da costa e cair repentinamente sobre as pequenas povoações da orla marítima, saqueando-as e devastando os seus arredores. O permanente estado de inquietação que daí resultava para as populações cristãs da beira-mar forçou Afonso Henriques a procurar a todo o transe a conquista de Lisboa.

Mudaram os tempos, mudaram as manifestações, mas não mudou a essência dos factos.

Como na época em que nós éramos já portugueses e eles ainda mestiça população de sarracenos e mosárabes, Lisboa mantém os seus hábitos de rapacidade.

Para lá vão sincrónicamente as nossas contribuições, que na maior parte lá são gastas; e não contente com esta exaustão periódica dum organismo inteiro em proveito dum único órgão hipertrofiado, ainda de quando em quando um lisboeta arrola e faz expedir para Lisboa as nossas preciosidades artísticas ou documentais. Já fomos vítimas destes processos.

Um dia apareceu em Guimarães Augusto Soromenho que em virtude de ordem superior juntou e remeteu para a Torre do Tombo 4203 documentos do *Arquivo da Colegiada*. Iam os documentos para Lisboa, porque assim o pedira a Academia Real das Ciências, afim de os ter à mão ao publicar os *Portugaliae Monumenta Historica*. Isto sucedeu em Março de 1863 e desde então até hoje, de todos estes estes 4203 documentos só 66² se publicaram.

O facto de 1863 ameaça repetir-se.

Urge que nos defendamos. E, na impossibilidade de reconquistar Lisboa, a única defesa eficaz e proficua das nossas riquezas paleográficas é a convicção levada a todo o país de que as estimamos no justo valor e as utilizamos na medida do possível.

Esta é a razão porque procuro chamar para a nossa história política e social a atenção dos vimaranenses, de modo a despertar-lhe interesse pelos monumentos em que ela se baseia. Esta é a razão porque procuro estimulá-los a que não deixem sair para fora de Guimarães o que é nosso, só nosso, legitimamente nosso. Esta é a razão porque lhes lerei alguns factos da nossa história social e política.

² O «Portugaliae Monumenta Historica» publicou 66 documentos da nossa Colegiada, existentes na Torre do Tombo.

O «Vimaranes Monumenta Historica» publicou no 1.º fascículo parte daqueles e outros documentos da mesma Colegiada, em n.º de 58. E no fascículo 2.º, idem, em n.º de 68. No mesmo 2.º fascículo publicam-se 66, extraídos dos Tombos, cujos documentos originais devem estar na mesma Torre.

(Nota do Sr. J. L. de Faria)



O solo que constitui o concelho de Guimarães apresentava, antes da conquista romana, uma feição absolutamente inversa da actual. Enquanto hoje a população habita nos vales, e por outeiro e montanha se entrelaça o emmaranhado das carvalheiras e pinhais, os homens que nos precederam viviam no alto dos montes onde tinham estabelecido povoações fortificadas, cujas ruínas com o nome de castros, citânias ou cidades, são tam vulgares no Minho, Trás-os-Montes e Galiza.

A situação tornava essas povoações dificilmente acessíveis; mas, para que os ataques fôsem mais seguramente improficuos, uma faixa de muros, simples, dupla ou tríplice, acompanhada ou não de fossos, rodeava por completo o povoado, ou protegia-o nos pontos de mais fácil assalto.

Dentro a população abrigava-se em casas circulares de pedra e talvez de madeira, obedecendo a um chefe e compondo-se de duas classes: a nobreza e os servos.

Em tôrno a reduzida cultura dispunha-se em tabuleiros pelo monte abaixo, e no fundo era a selva primitiva, espontânea, emmaranhada, onde os soldados romanos tantas vezes se perdiam e embaraçavam, retardando a sua marcha conquistadora e triunfante.

Algumas destas povoações vinham da época neolítica, outras da idade de bronze, outras dos tempos proto-históricos, outras tinham sofrido a influência civilizadora de Roma e ainda perduravam no século IV da nossa era.

Depois que os romanos pacificaram o território conquistado, a residência nos altos tornou-se inútil aos vencidos e contrária à política dos vencedores. E se não terminou imediatamente, pouco a pouco, de geração em geração, os homens desceram ao vale com um certo carácter de permanência: primeiro os servos, depois a nobreza, e por último os chefes. E então os terrenos fundos, onde os gados de cada povoação se alimentavam em comum, começaram de ser aproveitados para a cultura.

Os chefes que à data da invasão romana já traziam as terras usurpadas, guardando para si uma parte das que possuíam, distribuíram as restantes pelos homens livres que junto dêles assistiam. À classe servil que não tinha direitos ficou o encargo de trabalhar nas glebas dos outros. E porque Roma lançara sôbre os chefes um tributo, êstes para seu integral pagamento cobravam uma anuidade dos cultivadores a quem haviam distribuído terras. Assim se constituiu uma nova espécie de propriedade, até então desconhecida na península, e a estas parcelas desmembradas da antiga propriedade colectiva das citânias chamou-se em latim *villae*.

As *villae*, resistindo através dos séculos a todas tôdas as comoções que revolveram a Espanha, chegaram quási ao começo da monarquia portugûesa como unidade rural. Fragmentaram-se depois. Mas, como quer que relações de parentesco e amizade ligassem tradicionalmente os cultivadores de cada *villa*, depois que elas deixaram de ser domínio dum só dono, não perderam por êste incidente a individualidade histórica, e aí as vemos hoje constituindo freguesias de que agora o núcleo é a igreja, como o era antes o paço do *Dominus*, do senhor.

Antes que Portugal fôsse Portucale, antes que o concelho de Guimarães fôsse o *Término de Vimaranes*, já Creixomil era Creiximir, já Urgezês era Colgeses, já Fermentões era Foramondanos, já tôdas ou quási tôdas as freguesias do concelho de Guimarães tinham o nome que hoje têm, com pouca corrupção. Já então a sua antiguidade era grande, porque, constituídas antes da conquista romana e sancionadas por ela, datavam, ao alvorecer da monarquia, de mais de um milhar de anos.

Estes pergaminhos de respeitável vetustez, é bom lembrá-los, para que, ao fazerem-se remodelações administrativas, os limites tradicionais das *vilas* ou propriedades romanas, conservados nas paróquias portugûesas, não sofram alterações que vão quebrar uma tam antiga e tam respeitável tradição.

Como a *vila* rural foi uma criação romana, também a Roma se deve a iniciativa das *Urbes* ou cidades de planície, que vieram substituir os velhos *oppida* da montanha. Se anteriormente à conquista algumas povoações abertas existiram, deviam ter sido bem raras e bem reduzidas, para que os seus vestígios de todo se perdessem.

No tempo de Ptolomeu, no território dos Brácaros existiam cinco ou seis povoados que êle classifica de *oppida*: Bracaraugusta, Caladunum, Complutica, Tuntobriga, Araduca e talvez Sinetus.

Oppidum era uma praça forte habitada, maior do que o *castellum*, defendida quer pela posição, quer por obras de arte, fossos, muros, baluartes.

¿Referir-se-ia Ptolomeu na sua enumeração aos castros que foram, como dissemos, a primitiva habitação dos nossos predecessores? Para Bracaraugusta sabemos que não.

Desde o tempo de Plínio e do recenseamento de Agripa que Brácara (tendo com pequena diferença a actual localização) dava nome a uma das divisões estabelecidas pelos conquistadores — o *conventus bracaraugustanus*, e era centro donde irradiavam consideráveis vias de comunicação de que ainda hoje existem vestígios epigráficos.

Além de Brácara, Caladunum, Complutica e Pinetus, já mencionadas por Ptolomeu, andam no Itinerário de Antonino como estações de Via Romana de Braga a Astorga, e êste facto confirma-nos que seriam povoações de planície, porque os romanos não levavam as suas estradas pelos cabeços dos montes, a

não supormos que Ptolomeu e o Itinerário nos dessem os nomes dos castros em cujo sopé passava a estrada.

Segundo o Sr. Domingos Leite de Castro, a quem se deve esta hipótese, Caladunum seria Guimarães, ou melhor a Penha, onde assentava bem um castro e onde se tem colhido vestígios de habitações primitivas.

A série de deduções que levam a êste resultado o ilustre Director da Sociedade Martins Sarmento, não pode reproduzir-se agora, e sejam ou não aceitas, o certo é que não existe continuidade nem topográfica nem histórica entre Guimarães actual e Caladunum: Caladunum no alto da Penha, Guimarães em baixo. Caladunum pre-romana, Guimarães neogoda.

Do Pôrto só há notícia, ao terminar a dominação romana, no crónicon de Idácio; era então um diminuto povoado ribeirinho, destinado a servir na margem direita a Calem do Itinerário de Antonino.

As outras povoações, que são hoje as sedes dos concelhos Entre-Douro-e-Minho, haviam de formar-se posteriormente e eram então simples *vilas* ou prédios rurais.

O mesmo sucedia a Guimarães.



O que de certo se sabe sôbre as origens de Guimarães, extrai-se dos *Portugaliae Monumenta Historica* e é o seguinte:

Em 950 e 959 Mumadona, senhora aparentada com Ramiro II de Leão, fundou na pequena quinta de *Vimaranes* um mosteiro, para satisfazer uma recomendação que à hora da morte lhe fizera Ermegildo, seu marido.

O mosteiro prosperou rapidamente. Entre as causas desta prosperidade entraram por certo em grande parte o não existirem ainda neste canto da Península o grande número de conventos que depois se fundaram e as ordens militares que haviam de possuir após a constituição da monarquia tamanha soma de bens.

As importantes doações que lhe foram feitas, principalmente por Mumadona, seu filho D. Gonçalo e Ramiro II de Leão, puseram-no rapidamente a par dos mais ricos que então havia. À data da entrada do conde D. Henrique em Espanha, um século depois da sua fundação, o cenóbio vimaranense era já riquíssimo em terras. Do Minho ao Vouga, e ainda para além dêstes rios, se lhe contavam numerosas propriedades, como o atesta o inventário dos seus bens realizado em 1509.

O Burgo Vimaranense nasceu e desenvolveu-se sob a influência desta crescente prosperidade. Onde cem anos antes viviam alguns pobres servos culti-

vando um prédio rústico, surgira uma população inteira, acolhendo-se à protecção espiritual do convento e à segurança material do Castelo.

Exemplos de nossos dias e do nosso concelho, como a formação do recente povoado de S. Torcato, ajudam a compreender estes fenómenos.

Todavia a existência do mosteiro não decorreu inteiramente isenta de perigos e de ataques de naturais e estranhos.

Poucos anos tinham passado sobre a fundação, quando o terror de uma irrupção normanda, que viera até perto, obrigou Mumadona a juntar ao convento um castelo que erguido na eminência que lhe ficava mais próximo pudesse servir-lhe de defesa e refúgio.

Aos inimigos externos vinham juntar-se os inimigos internos, nesses tempos bárbaros em que a justiça era nada e imperava a força, domada de longe em longe pelo terror do sobrenatural.

Durante a vida do Conde Gonçalo Mendes, filho de Ermegildo e Mumadona, foi este, ao que parece, o defensor e protector do mosteiro. Pelo menos foi-o contra Gondisaluo Muniuz; e em recompensa recebeu a vila de Tavoadelo que por sua morte reverteu ao mosteiro. Depois dêle morto, Ordonio Ranemiriz e sua mulher D. Gelvira, vindo ao território português, apoderaram-se por violência da vila que entregaram a sua filha Mumadona Ordoniz e seu genro Fredenandus Gondemariz. Este, porém, sabendo que lhe não pertencia de direito e temendo ver-se desapossado dela, vendeu-a a Ermegildo Menendus Fulieus e a sua mulher Gunteronde Ordoniz que muitos anos a tiveram e afinal a doaram ao mosteiro de Guimarães em 1045.

Quando em 1064 Fernando Magno de Leão foi tomar Coimbra, acompanhado dos Bispos de Iria, Lugo, Viseu e Dume, e de muitos fidalgos, levou também consigo os abades de dois únicos mosteiros: o de Cela-Nova e o de Guimarães. Diz a tradição que o de Guimarães se fazia acompanhar dos seus frades e que o local onde acamparam junto a Coimbra recebeu o nome de Celas de Guimarães, que hoje se diz abreviadamente Celas.

O convento vimaranense foi primitivamente dúplice. Assim o instituiu Mumadona e assim se conservou até data ignorada. Em 1061 ainda existiam nêle freiras. Uma doação feita em 1103 refere-se simplesmente aos frades e um texto de 1111 permite concluir que o Mosteiro se achava já então transformado em Colegiada. É possível que as freiras só abandonassem o Convento quando foi desta transformação.

Quando o Conde D. Henrique entrou na Espanha, Coimbra era a cidade mais importante da província de Portugal, mas uma tradição, que parece confirmada por documentos contemporâneos, diz que o Conde estabeleceu em

Guimarães a sua côrte, se tal pode dizer-se de uma residência incerta e quasi anualmente interrompida.

Uma espessa treva vela estes primeiros anos de Guimarães, côrte do borgonhês, talvez pátria de Afonso Henriques. A extensão do povoado desconhece-se; os sucessos do tempo ignoram-se. A vida de S. Geraldo fala vagamente de congregação de próceres ou côrtes que então em Guimarães se realizaram e alude ao escândalo que o pio varão provocou na igreja de Santa Maria expulsando dela em meio da missa e na presença do Conde e da Rainha D. Teresa o nobre Egas Pais que apesar de excomungado persistia em assistir aos ofícios divinos.

Com o Conde vieram alguns franceses habitar Guimarães. Aí se estabeleceram na *Rua dos Francos* e aí edificaram a poucos passos do Convento de Santa Maria a igreja de Sant'Iago.

D. Henrique fêz provavelmente construir a igreja de S. Miguel de Santa Margarida que as *Inquirições* de 1258 dizem ter sido capela real. Por êste tempo se edificaria também a igreja de S. Paio, a que se referem documentos do começo do século XIII.

Assim encontramos erectos ao alvorecer do reino os templos que durante a primeira dinastia iam ser a sede das paróquias urbanas de Guimarães: Santa Maria, a fundação de Mumadona, alma-máter do burgo, mais velha que a monarquia, S. Tiago da Praça, capela dos Francos que acompanharam D. Henrique, Santa Margarida, primeiro capela real e depois, como S. Paio, sufragânea de Santa Maria de Guimarães.

Em tôrno destas igrejas, simples e modestas ermidas, de que S. Miguel do Castelo nos dá ainda hoje o môdelo restaurado, a população ia brotar, crescer, expandir-se em núcleos isolados que lentamente se fundiram num todo compacto.

As lutas que iniciaram o reinado de Afonso I deram a Guimarães o seu baptismo de sangue. Junto de Guimarães se pelejou a batalha de S. Mamede e foi ao cêrco do castelo de Guimarães que a palavra de Egas Moniz pôs termo.

Das penas e sofrimentos que então arrostaram os homens do Burgo, do bom e leal serviço que sob as ordens de Mem Fernandes, Sueiro Mendes o Grosso e outros da família dos Mendes da Maia, então prestaram ao moço combatente, ainda existe prova nas gratas palavras do foral de D. Afonso Henriques.

Há muito divorciados da guerra, porque há muito os sarracenos os tinham deixado em paz, pacíficos homens de comércio, artífices tranqüilos que já então decerto por aqui batiam o ferro e tanavam o couro, de boa ou má vontade não faltaram com o seu auxílio na hora amarga da luta.

A parte mais alcantilada do burgo vimaranense, que se dispunha em ruas tortuosas tornejando a fortaleza e constituindo a freguesia de S. Miguel do Castelo, recebeu de D. Afonso Henriques privilégios especiais e jurisdição distinta. D. Sancho I, confirmando-lhe a independência, marcou-lhe os limites, percorrendo-os a cavalo, acompanhado do seu séquito, num aparato que as *Inquirições* de 1258 relembram. Assim se encontraram lado a lado duas povoações com jurisdições e magistrados próprios. O concelho da vila de Guimarães reunia provavelmente na galilé de Santa Maria, os juizes do Castelo de Guimarães davam audiência sob o alpendre de Santa Margarida.

Desde 1128 a 1216, através de todo o reinado de D. Afonso Henriques e de todo o reinado de D. Sancho I, a vila de Guimarães elaborava em paz a sua futura grandeza industrial e comercial, sem que os azares da guerra a distraíssem das suas tranqüilas ocupações, apenas de onde a onde interrompidas por visitas régias que pelos encargos que consigo traziam, longe de serem apetecidas, eram, por certo, de todos desestimadas.

Mas quasi logo no início do reinado de D. Afonso II rebentou uma contenda que havia de durar até à implantação do regimen liberal, com alternativas de exacerbação e de acalmia.

A Colegiada de Guimarães pretendia-se, desde a origem, isenta da autoridade episcopal, e imediatamente sujeita no espiritual à Santa Sé e no temporal ao Rei.

O Arcebispo D. Estêvão Soares da Silva, vendo desconhecido pela igreja de Santa Maria e pelo concelho de Guimarães o que julgava os seus direitos de Prelado, e fiando pouco, ao que parece, da eficácia das excomunhões, acometeu Guimarães com muitos homens de armas, talando os arredores sem conseguir que a sua autoridade fôsse reconhecida. Daqui se seguiu pendência a que pôs termo uma concordata, pela qual se conferia ao Prior na igreja de Guimarães e nas anexas uma espécie de autoridade episcopal, mas ficando o prelado vimaranense em certo modo sujeito ao Arcebispo.

Nesta luta pela independência os vimaranenses viram-se desajudados e mesmo prejudicados pelo Rei, pois que, tendo até ali o Concelho e o Cabido o direito de eleição do D. Prior, D. Afonso II avocou a si essa prerrogativa dando ao Arcebispo de Braga a faculdade da confirmação.

Não obstante isto, tendo-se o Rei inimizado com o Arcebispo, os burgueses de Guimarães, capitaneados por dous cavaleiros e pelos magistrados municipais, dirigiram-se a Braga e apoderaram-se dos celeiros e de todos os demais bens que ali possuía o Metropolitano, o qual fulminando excomunhão contra os detentores só daí tirou a destruição das granjas arquiépiscopais, cujas vinhas foram arrasadas e os pomares e matos arrancados pela raiz ou reduzidos a cinzas. Dava-se isto aí por 1219.

Pouco tempo passado, em 1222, fazendo D. Martim Sanches, irmão bastardo de Afonso II, há muito retirado no estrangeiro, uma incursão em Portugal, não souberam os barões portugueses resistir-lhe, e acolhidos em Guimarães viram a hoste inimiga talar à vontade as cercanias.

Quando Sancho II deposto seguiu o caminho do exílio, Guimarães não se entregou à boa paz. Apesar das excomunhões do Arcebispo de Braga e do Bispo de Coimbra, que ordenavam obediência ao novo Soberano, Guimarães foi das povoações que o conde de Bolonha teve de reduzir pela fôrça.

No tempo de Afonso III, quando se organizaram as *Inquirições*, os moradores do *Castelo de Guimarães*, que assim se chamava à parte correspondente à freguesia de S. Miguel, hoje inclusa na da Oliveira, não encontraram expressos nelas todos os foros e privilégios de que se achavam em posse. Procedendo-se a nova *Inquirição*, ficaram bem discriminadas as jurisdições e bem nítidos os privilégios que até aí parece terem andado apenas na tradição oral.

A povoação do castelo murou-se neste reinado por volta de 1254, recebendo pouco depois o privilégio de estabelecer feira quatro vezes no ano.

O povoado inferior, de cujos muros já em 1265 se tratava, parece só tê-los visto acabados em tempo de D. Dinis, e ainda assim sem as tórres com que mais tarde os reforçou e ornamentou D. João I.

Em 1322, na velhice de D. Dinis, quando o infante, depois Afonso IV, se rebelou contra o pai e lhe moveu guerra Entre-Douro-e-Minho, os de Guimarães, capitaneados por Mem Rodrigues de Vasconcelos, sustentaram a vila pelo velho Rei; e apesar de serem poucos e terem sido combatidos até pelos moradores de alguns julgados comarcãos, souberam defendê-la praticando façanha de lealdade que D. Dinis lhes agradece em mais de um documento público.

Em 1348 uma doença de extrema gravidade, a peste bubónica, conhecida então com o nome de *dor de levadigas*, que vinha desde a Ásia alastrando por tôda a Europa, chegou também a Guimarães. A menção de algumas casas e casais, de que após a peste deixaram de pagar-se rendas durante anos, são hoje os únicos vestígios que atestam o despovoamento em que essa triste visita deixou o termo de Guimarães.

Em tempo de D. Afonso IV também a vila se sustentou pelo Rei, defendendo-se do infante D. Pedro quando êste se revoltou após a morte de D. Inês de Castro. Junto dos seus muros no claustro do convento de S. Francisco, em 14 de Agosto de 1355 prometeu o Rei ao Infante e vassallos que o tinham acompanhado perdão que jurou nas mãos do arcebispo de Braga D. Guilherme, «e fez menagem em as maaos de Gonçalo paaez, filho de Paay de Meyra, e de Nuno Viegas do Rêgo que el guardará e terá e cõpirá o sobredicto perdom per el feito ê todolas sobredictas cousas e cada hũa delas por el outorgadas e não virá contra elas como dicto he».

Reinando D. Fernando, Henrique II de Trastâmara invadiu Portugal ao lado de um caudilho de reputação europeia, Beltran Du Claquin, condestável de França.

Na sua marcha vitoriosa tomaram e queimaram Braga que era pouco defensável e precipitaram-se sobre Guimarães.

O modesto Burgo, porém, acostumara-se a estes combates. Resistira a Afonso VII de Leão, às tropas do Arcebispo D. Estêvão, a Afonso III, a Afonso IV, a D. Pedro I, quando Infante. Os homens afeitos na labuta do trabalho tinham-se habituado à defesa dos muros. A mesma mão brandia com igual perícia o malho e a acha de armas, a mesma tranqüilidade reinava nos corações quando os homens se debruçavam sobre os tanques de curtimenta ou sobre o parapeito das muralhas.

Mal D. Henrique se aproximou, os de Guimarães com alguns fidalgos da comarca, capitaneados por Gonçalo Pais que tinha sido seu alcaide, deram sobre êle em escaramuças vitoriosas. Apertou o castelhano o cerco cêrco e mandou armar engenhos de arremêso. As terríveis máquinas ergueram-se ameaçadoras, mas as pedras que rejeitavam nunca fizeram mal aos de dentro. Os cercados armaram engenhos semelhantes e, diz o cronista, «tiraram aos de fóra, britarom-nos e mataram alguns homens e foi grande alvoroço no arraial». D. Henrique furioso jurava não abandonar a vila sem que a tivesse tomado. E pois que via a impossibilidade de fazê-lo por fôrça, experimentou consegui-lo por ardil.

Concertou-se com Diego Gonçalves de Castro para que de noite entrasse disfarçado em panos de burel, dizendo ser homem de julgado que ia para a velar, e lhe pusesse fogo aos quatro lados, oferecendo assim ocasião propícia para o ataque. Foi o fidalgo mal sucedido; e conhecido logo na entrada, o mataram e deram por pasto aos cães.

O de Trastâmara trazia prisioneiro D. Fernando de Castro que ficara cativo em Montiel e suspirava por ocasião de se evadir. Souberam-no os cercados e para maior vexame dos sitiados, Gonçalo Pais, seus filhos Estêvão e Feram Gonçalves, Gonçalo Garcia de Feira e muitos da vila organizaram uma sortida, tomando-lhe no seu arraial por fôrça o fidalgo prisioneiro.

D. Henrique, desanimado, vendo que não podia entrar a vila, foi-se atacar as praças de Trás-os-Montes, tomando Vinhais, Bragança e Miranda.

Nesta ocasião os moradores do povoado inferior tiveram de ajudar a defender a vila alta, onde os habitantes, não por falta de coragem, mas por escassez de número, fraquejaram na luta.

Explorando o auxílio prestado e o benefício que nêle tivera o Rei em não se perder a terra, conseguiram os homens bons da vila baixa que D. Fernando, abolindo os antigos privilégios de que atrás falamos, lhes concedesse jurisdição no térmo da povoação alta. Mal, porém, se encontraram dominadores, os juizes

de Guimarães começaram de lançar sôbre os dominados fintas e talhas em tal quantidade que enquanto uns abandonavam o lugar já pouco populoso, outros levavam o seu protesto perante o Rei. Ante as queixas dos desapossados D. Fernando recuou, procurando uma transição que o conciliasse com ambos os litigantes, e acabou por determinar que, embora unidas as jurisdições, a eleição dos juizes e vereadores recaísse para um juiz e um vereador em pessoa da vila do Castelo e que cada semana os juizes dessem audiência uma vez sob o alpendre de Santa Margarida.

Enquanto se desenrolavam os sucessos que haviam de conduzir ao trono o Mestre de Avis, Guimarães teve voz por Castela. Aires Gomes da Silva, seu alcaide desde 1367, era casado com uma espanhola. Ou ligações de família ou promessas entorpeciam-lhe o patriotismo.

Viviam a êsse tempo em Guimarães Afonso Lourenço de Carvalho e Pais Rodrigues, seu cunhado, que tinham parentes na hoste portugêsa.

O Arcebispo de Braga lembrou um dia ao Rei que escrevesse a êste Afonso Lourenço para que viesse ao Pôrto conferenciar com êle.

Veio o escudeiro à entrevista e aceita a proposta, concertado o plano e o dia, Afonso Lourenço voltou a Guimarães e saiu o Monarca do Pôrto com trezentos cavaleiros. Iam de-vagar e calados. Porque um cavalo relinchou, o Rei fê-lo matar. Entretanto Afonso Lourenço, em Guimarães, pretextando a entrada de uma cuba de vinho, fizera abrir ante-manhã o postigo do Campo da Feira. Por êle entrou primeiro a cavalo ao romper d'alva João Rodrigues de Sá, o famoso Sá das Galés, gritando *Portugal! Portugal!* A cêrca da vila baixa foi logo levada de vencida e saqueadas as casas dos partidários de Castela. Aires Gomes e os seus homens de armas acolheram-se à vila superior que já dissemos ser murada sôbre si. Aí organizaram a resistência e aí lutaram até que sitiantes e cercados acordaram em que Aires Gomes mandaria recado a Castela, e se dentro em trinta dias não fôsse socorrido entregaria a vila, saindo os que estavam dentro com o que possuíam. Assim se fêz; mas enquanto a resposta não chegava, um certo dia foi o pacto quebrado por um mal-entendido e, tendo-se os portugueses lançado ao assalto dos muros, a mulher do alcaide andava nos adarves entre a grita dos combatentes e o fumo do pez derretido com uma abada de pedras que ia distribuindo aos soldados. Chegou enfim a notícia de que o Rei de Castela não socorria Aires Gomes, e êste logo entregou a vila. Começava Julho de 1385 e para a vila e para o país chamado a mais altos destinos uma era nova ia iniciar-se que duraria dois séculos.



A segunda dinastia é para o concelho um período de calma relativa. As guerras e sangüeias de que geralmente se compõe a história, pelejavam-se longe.

Depois que D. João I atravessou a pé a vila, subindo a tortuosa rua de Gatos no meio do seu séquito, para agradecer a Santa Maria da Oliveira a vitória de Aljubarrota, Guimarães deixou de saber o que eram combates junto dos seus muros. Estes, que intrèpidamente haviam resistido durante a primeira dinastia a uns poucos de ataques de naturais e estranhos, seriam d'ora-avante para sempre inúteis.

Consolidado o poder de D. João I, estalou novamente a contenda entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga, que então era D. Lourenço, chegando até à Cúria Romana onde o Papa tomou nela o parecer que lhe deu Vasco Rodrigues.

D. Martinho, sucessor de D. Lourenço, vindo em visita pastoral a Guimarães em 6 de Maio de 1405, encontrou as portas da igreja de Santa Maria fechadas, e do padrão da Senhora da Vitória, onde se abrigou da chuva torrencial que estava caindo, notificou pelo seu ouvidor Lourenço Afonso e pelo tabelião Vasco Domingues, ao Prior Diogo Alvares, que lhe abrisse a porta. Ao que o Prior de dentro rodeado pelos seus escudeiros e servidores respondeu pelo mestre pedreiro João Garcia, que não abria a um inimigo que o tinha excomungado por lhe não haver pago a vaga do seu benefício, e tinha levado no ano antecedente ornamentos do tesouro que distribuira por quem quis, desrespeitando a concordata feita entre a Colegiada de Guimarães e a Sé de Braga. Um de dentro, outro de fora, cada qual em meio do seu séquito, os dois Prelados descompunham-se. O de Braga, forte na sua dignidade arquiiepiscopal, fulminava contra o D. Prior todos os raios da Igreja, intimando-o a franquear-lhe a entrada. Mas o de Guimarães tinha na demência da sua cólera um pára-raios que o fazia zombar das ameaças. Dizia que não abriria e não abriu. O Arcebispo, cansado, foi-se embora.

Na tomada de Ceuta o concelho parece ter-se representado gloriosamente. O contingente de Guimarães, diz a lenda, combatendo ao lado das tropas de Barcelos no assalto da praça, atacou com valentia o lugar que lhe coube em sorte, e ainda acudiu esforçadamente ao lança que os barcelenses abandonaram, ganhando por êsse feito o privilégio de as ruas da vila serem varridas na véspera de certas solenidades pelos vereadores de Barcelos num traje vexatório e grotesco.

Quando as primeiras nuvens, precursoras da borrasca de Alfarrobeira, se começaram juntando, por Guimarães encontramos o duque de Bragança reunindo nos seus paços a fidalguia desta comarca e de algumas vizinhas para incitá-la a bandejar-se contra o Infante D. Pedro. Nem todos, porém, lhe seguiram o conselho e a vontade, porque ao lado do Infante combateu pelo menos Diogo Pires Machado, de S. Clemente de Sande.

Após a vitória, o Duque de Bragança, que há muito cubiçava a vila e a cidade do Pôrto, conseguiu a doação das duas importantes povoações. O Pôrto protestou enérgicamente, e a sua situação já então preponderante no Norte, valeu-lhe ser ouvido. O Duque disse que não queria vassalallos constrangidos e desistiu daquela parte da doação. Guimarães, porém, não foi escutada em seu protesto, e ainda em 1462 reclamava perante o Rei contra a renovação de doação que D. Afonso V fazia a D. Fernando, neto do Duque que primeiro a possuía.

Quando D. Afonso V embarcou para Azamor, o anadel-mor dos bêsteiros João Martins acompanhou o Rei com homens de armas em uma nau fretada e equipada à sua custa.

Em Toro, com a gente que levava o Duque de Bragança, lá estavam de-certo os de Guimarães e seu têrmo.

Fernão de Mesquita, fidalgo de Guimarães, acompanhou o Duque de Bragança na tomada de Azamor.

Seu filho Rui Mendes de Mesquita foi a Túnis com o Infante D. Luís. Junto de D. Sebastião foi cativo António Pereira da Silva.

Para as guerras da Índia, para as proezas, as cruéis façanhas que os Coutos e Barros chamaram proezas, despejou Guimarães, tanto neste período como no seguinte, os filhos segundos das suas casas fidalgas, muitas vezes os próprios morgados, que por lá morriam, desbaratando os haveres.

O Arcebispo de Braga D. Henrique, que mais tarde havia de ser Rei, com a ousadia própria da pouca idade e com o orgulho de quem à dignidade arqui-episcopal aliava a fidalguia do sangue real, entrou em Guimarães rodeado de tropas e fêz as cerimónias da visita numa igreja, donde se haviam retirado em sinal de protesto o Prior, todos os cônegos e beneficiados.

Daqui se seguiu questão que ainda corria no juízo apostólico quando D. Fr. Baltasar Limpo tomou conta da Mitra de Braga.

Em 18 de Outubro de 1552, o D. Prior e o Cabido, sabendo das tenções em que êste Arcebispo se encontrava de visitar a Colegiada, protestaram perante os juizes ordinários. Chegando D. Fr. Baltasar Limpo a Guimarães, encontrou, como o seu antecessor D. Martinho, as portas da igreja fechadas; mas, mais resolvido do que êle, fê-las arrombar e também as do sacrário e dependências da Igreja, acudindo então o D. Prior a protestar contra a violação dos seus direitos.

E assim se originou nova questão que seguiu seus trâmites e veio a terminar por uma nova concordata em que se estipula que os Arcebispos possam visitar pessoalmente nas épocas determinadas a igreja da Colegiada; e por seus visitadores as igrejas dependentes de S. Miguel do Castelo, S. Paio, S. Miguel de Creixomil e Santa Eulália de Fermentões, enquanto o Arcebispo se achasse em Guimarães; que das culpas encontradas em visitação nos cônegos e beneficiados despachasse o Arcebispo, caso pudessem ter despacho sumário, porque de contrário remetaria as culpas ao D. Prior como prelado ordinário e juiz dos cônegos e beneficiados. Esta concordata teve confirmação do Papa e de D. Isabel, senhora da vila.

Quando, falecido o cardeal, D. António foi aclamado Rei, o povo de Guimarães acompanhou-o entusiasticamente.

Ao constar a saída dos governadores, começaram a reparar-se activamente os muros e a tapar-se tôdas as entradas da vila, com excepção da porta de S. Domingos e do postigo do Campo da Feira a que fizeram portadas novas.

Em Guimarães vivia então, e era fidalgo dos principais, o cônego Francisco de Mesquita, homem de idade, cunhado de Pantaleão de Sá que governava o Pôrto em nome de Filipe II. Era o cônego, por solicitações do cunhado, grande parcial de Castela, correspondendo-se com o Conde de Lemos. Como morasse próximo duma das portas, *a da Garrida*, quis impedir que esta se tapasse. Sobre isto Salvador de Mesquita, filho do cônego, questionou com o corregedor; mas juntos os da governança e povo no claustro da Oliveira resolveram que a porta se tapasse, como de facto se tapou.

Apesar, porém, do afecto popular a D. António, Francisco de Mesquita, seu sobrinho Diogo Lopes de Mesquita de Lima, capitão-mor, Salvador de Mesquita, Fernão Coutinho de Azevedo, Alcaide-mor do Castelo, e outros conseguiram aclamar o Rei Espanhol e mandaram Manuel da Cunha de Mesquita com gente da vila e termo em socorro do Pôrto, levando consigo um capitão inglês que se achava prisioneiro no Castelo como suspeito de filipista.

Mas, ao saber-se em 3 de Outubro ao meio dia que D. António entrara de véspera no Pôrto vestido de verde, o povo levantou-se, fazendo tocar a rebate o sino do castelo e o sino da Oliveira. Os parciais de Filipe II desapareceram logo. Uns, como Torquato do Vale Peixoto, fecharam-se em casa; outros, como Diogo Lopes de Mesquita, já se haviam posto a salvo com mulher, filhos e criados. Até o próprio Salvador de Mesquita que aceitára em 23 de Setembro, quando já D. António estava em Aveiro, a capitania de uma das quatro companhias da vila, em substituição de Ambrósio Vaz Golias, que a engeitara, desapareceu também. Menos feliz, o alcaide Fernão Coutinho, quando ia retirar-se para a sua quinta da Carvalhosa, em Brito, foi preso pelo populacho armado, à Porta de S. Domingos, deitado do cavalo abaixo, sovado, ferido e por fim trazido ao corregedor Domingos Rodrigues, que o mandou em paz.

No dia seguinte, terça-feira e festa de S. Francisco, desapareceu este corredor e Pedro Dinis, seu Meirinho. Os parciais do Prior do Crato, comandados por António Machado de Almada, capitão-mor por D. António, ainda correram atrás deles até Fafe, onde tinham as mulheres, mas já os não alcançaram.

Dos partidários de Castela ficara na vila apenas o velho Cónego Mesquita, a cuja protecção se havia acolhido o alcaide sovado.

A turba, ao passar junto da casa dêle, dirigia-lhe chufas e ameaças.

Neste mesmo dia correu a notícia de se estarem passando armas da casa do cónego para fora, lançando-as por cima da muralha que lhe ficava contígua. Saíu novamente o populacho em grande alvoroço e, indo em perseguição dos criados de Diogo Lopes de Mesquita, prendeu dois escravos e um almocreve, apreendendo-lhe várias armas e uma bandeira do campo, que trouxe desfraldada com descantes e festa como se houvesse feito grande empresa.

E vindo assim, queriam atacar a casa do cónego, para lhe tomar as armas, se porventura ainda algumas tivesse, ao que algumas pessoas se opuseram dizendo ser melhor delegar em quem sossegadamente as fôsse buscar. Organizou-se então uma comissão composta de Belchior de Goios, mercador, frei Francisco de Sant'Ana, do Convento de S. Domingos, e dum outro homem, a quem o cónego disse que nenhuma arma tinha. Sabido este recado, a multidão armada de lanças, pistoletes e arcabuzes, invadiu a casa, remexendo tudo e levando quanto quis.

Poucos dias passados, enquanto D. António estanceava no Pôrto, veio a Guimarães o corregedor Pero de Alpoim com alçada para devassar os filipistas. Alpoim mandou sequestrar os bens dos Mesquitas, fêz citar os ausentes por carta de éditos, e por Francisco Correia, seu meirinho, com uma escolta de arcabuzeiros negros mandou prender o cónego que teimosamente não tinha querido ausentar-se. Veio o fidalgo preso entre a escolta, muito vexado, às pousadas do corregedor que a princípio nem recebê-lo queria, fazendo-o depois desdenhosamente e enviando-o logo à cadeia da correição de envolta com outros presos de menos importância, colhidos na mesma devassa e de que só resta memória do barbeiro Pantaleão Gonçalves.

Entretanto Sancho de Ávila vinha sobre o Pôrto, D. António fugia em 22 de Outubro e o general espanhol, depois de tomar essa cidade, avançava sobre o Minho, encaminhando-se a Braga as tropas de D. Rodrigo Zapata.

Ao chegar à cidade arquiépiscopal soube D. Rodrigo que na quinta da Falperra, propriedade de João Teixeira de Azevedo, se encontrava o Prior do Crato. Enviando lá um capitão com cem caçadores espanhóis, estes apenas surpreenderam dois criados, porque meia hora antes D. António se evadira, disfarçado em negociante de cereais.

Achava-se Sancho de Ávila em Barcelos quando Francisco de Mesquita lhe deputou o filho Salvador e os vereadores de Guimarães, que tinham andado

fugidos, para que o mandassem soltar. O general espanhol enviou a Guimarães Manuel de Sousa Pacheco, justiça-mor do campo, que deu liberdade ao prisioneiro fidalgo.

Enquanto D. António se acoitava no Paço de Anha, próximo a Viana, os soldados percorriam o concelho em marchas e contramarchas em busca do pretendente. Em Donim, em Pencilo, em S. Lourenço de Selho, exerciam vinganças por lhes não darem D. António. Em Gondomar prenderam o Abade Amador Fernandes que tinha estado no desbarato do Pôrto, e em Rendufe incendiaram a casa de um tal Bernaldo.

Do convento de Santa Clara tiraram os castelhanos D. Luísa, filha do Prior, que em companhia de D. Ana, mulher de Pedro Botelho, aí se havia acolhido, logo depois da entrada de Sancho de Ávila no Pôrto.

Em 22 de Dezembro, o Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires conseguiu que viessem para Guimarães quatro bandeiras de soldados alemães e os espanhóis de D. Rodrigo Zapata, que os de Braga não queriam aturar.

Aqui permaneceram durante muito tempo.

Em 7 de Fevereiro, os soldados espanhóis tomaram-se de razões com os tudescos, sendo mortalmente ferido um alemão da bandeira do capitão Arzt e recebendo Jorge Mul na cara a descarga de uma carabina carregada de pedras, havendo de parte a parte outras feridas, sossegando o tumulto graças à intervenção de um tenente-coronel, de dois capitães e do próprio Zapata.

Os espanhóis de D. Rodrigo Zapata saíram em fins de Maio em satisfação do pedido feito nas côrtes de Tomar, sendo necessário expedir três provisões no mesmo sentido, porque desatenderam as duas primeiras que se seguiram. Em Agosto retiraram as tropas alemãs; mas logo em Dezembro entrou um certo Sandoval com oitenta arcabuzeiros a cavalo para estarem de guarnição à vila, tendo esta apenas obrigação de lhe conceder casas de aposentadoria que efectivamente lhe deu no Toural.

Mas alguma vez foi necessário fazer maior sacrifício. Ainda hoje existe documento por onde se vê que em Agosto de 1582 o Juiz de fora solicitou dum mercador um empréstimo de duzentos cruzados para pagar a quatro companhias de soldados, que havia doze dias se achavam na vila sem lhes chegar o soldo, o que punha a povoação em grave risco de tumulto.



A história política de Guimarães através da primeira dinastia é uma crónica vaga, sem personalidades. Nas contendas pela jurisdição independente da Colégiada e pela autoridade sobre a pequena vila do Castelo, se houve nomes em destaque, perderam-se. Os arquivos guardam memória das lutas, mas esqueceram os lutadores. Nas investidas dos inimigos externos obliterou-se a memória

dos organizadores da defesa local em tempo de D. Afonso II, D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Só em Fernão Lopes ficou lembrança de Gonçalo Pais batendo Duguesclin, e de Afonso Lourenço entregando a vila ao Mestre de Avis.

Mas a crónica política não basta. E' mister retroceder e procurar quantos vestígios existam da história económica e social de Guimarães.

Como já tive ocasião de dizer, a povoação começou desenvolvendo-se em dois núcleos de atracção: um inferior, cujo centro era a igreja do Mosteiro de Santa Maria, outro superior em volta do Castelo de S. Mamede. No seu crescimento progressivo as duas povoações foram-se aproximando até se fundirem. O povoado alto teve, de comêço, pelo estreito âmbito em que se estabeleceu e pela muralha que cedo o rodeou, uma coesão e uma unidade que parece ter faltado em princípio ao povoado inferior.

Este, bem que circuntando a igreja de Santa Maria e as mais que se lhe foram sucedendo, bracejou antes de completamente se adensar.

As *Inquirições* de 1238 falam de *vicos* existentes na área da vila, parecendo querer designar lugarejos onde a aglomeração de casas se fêz de preferência, separadas de aglomerações congêneres por espaços desabitados, repartidos em hortas ou quintais.

Desde 1194 se conhece a rua da Caldeiroa, prolongamento do povoado que descia entre campos até à freguesia de Santo Estêvão de Urgezès; havendo da rua de Gatos, outro bracejamento para a freguesia de S. Miguel de Creixomil, memória quásia contemporânea. Um século mais tarde existiam a rua Mosqueira, abaixo da porta da Torre Velha, e o Campo da Feira.

Trás-do-Muro, Mulianas, Cano das Gafas, Santa Luzia, são mais modernas, se não na construção, ao menos na lembrança que de si deixaram. Pertencem ao século XIV e ao comêço do século XV.

A coesão, o apertar do povoado num curto espaço, o multiplicar das ruas tortuosas, só veio quando Guimarães se encontrou fechada numa barreira de muralhas.

A rua Sapateira já existia em tempo de D. Afonso Henriques, e a rua Forja, a rua da Ferraria, a rua Nova, e a rua de Santa Maria, conhecem-se desde os primeiros anos do século XIII. Depois foram aparecendo sucessivamente a rua Escura, a de Sant'Iago, a de Donães, a dos Mercadores, a de Alcobaça, a do Gado, a de S. Paio, a de Valdonas, a da Arrochela, a do Traspom, etc.

Intra-muros, algumas ruas, como a de Alcobaça, a de Valdonas e a de Santa Maria, conservavam há poucos meses e não sei se conservam o nome que sempre tiveram. Outras ruas, como a dos Mercadores, a do Gado, a Escura, a Sapateira, só após o advento do regimen liberal perderam o toponímico tradi-

cionalmente característico. A Rua de Donães tem hoje uma designação que é a forma corrupta do nome que primeiro a distinguiu. A Rua Nova do Muro, passando a Rua Nova do Comércio, conservou, na forma simplificada de Rua Nova, um nome que já era anterior a esta designação.

Algumas das antigas ruas desapareceram, como a das Flores que a formação do Terreiro da Misericórdia englobou, a de Tuirizo que ficou compreendida na cêrca das Carmelitas e a de Maçoulas que ficou dentro da cêrca das Claras.

Outras ruas são hoje impossíveis de identificar, como a rua D. Elvira Mendes que existia em 1211, sendo de crer que sob esta designação se encubra qualquer outra rua conhecida onde morasse esta D. Elvira. A rua nova de Domingos Longo, citada num documento de 1331, é com certeza a rua Escura onde nessa data morava em casas com tórre Domingos Longo, Juiz de Guimarães.

Em resumo, pode dizer-se que no meado do século XV existiam, na parte de Guimarães compreendida intra-muros, as mesmas ruas que hoje há.

A fisionomia da vila era todavia muito diferente. As ruas, mais estreitas, tortuosas, sem passeios, que são um luxo moderno. Como a água de bica era rara e só no século XVI a trouxeram canalizada da Penha, de onde a onde existiam poços públicos. Havia-os na praça da Oliveira, na rua Sapateira, na rua que por autonomasia se chamou do Poço.

As casas na sua maioria só tinham de pedra os alicerces e o rés-do-chão. Os primeiros andares, em ressalto de alguns palmos, eram construídos de rodísio, isto é de um entrecruzamento de barrotes em que os espaços triangulares restantes se enchiam de tijolo ou simplesmente de palha e barro.

As janelas dos primeiros andares tinham rótulas ou crivos que coavam uma luz ténue e não permitiam devassar os interiores.

As janelas do rés-do-chão apresentavam um peitoril largo, uma espécie de saliência, muito em uso ainda hoje em casas de aldeia, que podia ser de pedra ou de madeira, e a que chamavam tabuleiros.

O fogo facilmente se ateava nestas construções e, como os meios de atalhá-lo se reduziam então ao cântaro de água arremessado à fôrça de braços, os incêndios levavam as casas de enfiada. Duma catástrofe destas parece ter sido vítima a rua Sapateira em 18 de Novembro de 1446³.

A nossa arquitectura religiosa não desdizia dêste quadro modesto. A igreja da Oliveira foi um templo românico, de cujas diminutas proporções se pode avaliar pela reconstrução gótica de D. João que visando a dar-

³ «O cabido emprazou un alogue na rua Sapateira, que agora ardeu com a torre de Maria Gonçalves.»

(Nota do Sr. J. L. de Faria).

-lhe grandiosidade não foi além do que hoje se vê, deturpado e engalanado ao gosto moderno.

A igreja de S. Tiago, que foi muito tempo sede de freguesias, não passava de humilde capela; e a paróquia de S. Sebastião, que antes de demolida todos conhecemos com tórre, não a tinha ainda no comêço do século XIX. A Sociedade Martins Sarmiento possui um desenho dessa época em que dois sinos figuram ao lado da igreja suspensos de postes de madeira.

Porcos e galinhas vagueavam nas ruas, e a falta de esgotos forçava os moradores a lançarem à via pública as águas caseiras. Só em véspera e dia de Corpo de Deus não eram permitidos os despejos, nem os passeios de suínos e galináceos.

A população que dentro destas se movia pode calcular-se por processos, cuja exposição não vem para aqui, em 2200 a 2500 habitantes no tempo das Inquirições de 1258, 4500 ao subir ao trono D. João I e 6300 em 1527, quando D. João III organizou o recenseamento conhecido pela designação de *Livro do Número*.

Guimarães era desde a primeira dinastia centro dum termo têrmo muito extenso. Quando D. Afonso II mandou proceder às *Inquirições* de 1220, o têrmo de Guimarães excedia em grandeza a área do concelho actual, pois que abrangendo (com excepção de seis) as freguesias que o concelho hoje contém, possuía a mais oito freguesias do actual concelho de Fafe, cinco de Felgueiras e duas da Póvoa de Lanhoso.

A população vimaranense era quási exclusivamente constituída pelo elemento autóctone.

Da mistura de sangue árabe ficaram vestígios nas *Inquirições*, se é que alguns indivíduos com o apelido de Mouro acusam origem mais ou menos remotamente sarracena.

Os judeus, que em 1351 moravam espalhados na vila, já em 1370 se encontravam confinados na Judiaria com sua sinagoga e forno privativo, ocupando as ruas que hoje chamam do Espírito Santo e Serralho, e parece não terem sido numerosos.

Dos franceses que, como disse, vieram habitar Guimarães em tempo de D. Henrique, acha-se rasto através das *Inquirições* de 1220 e 1258. À data das primeiras Gomes da Arrochela era homem rico, que possuía em prestimónio vários casais da coroa e que D. Afonso II escolheu para comissário das *Inquirições*. Em 1349 ainda aos franceses pertencia a apresentação de reitor na capela de S. Tiago; mas já em 1363, citando-se por éditos quaisquer pessoas que se julgassem com direito à apresentação, ninguém apareceu.

Das indústrias que notabilizaram Guimarães nos séculos seguintes, a cutilaria, a fição de linho, a ourivesaria e os cortumes, só do fabrico de couros há vestígios que alcançam o comêço da monarquia. A designação de Rio de Couros, que aparece na toponímia local no meado do século XII, atesta suficientemente a existência duma indústria que pelo menos remonta ao princípio dêsse século.

As ruas Forja, Sapateira, Peliteira e Seleira, garantiriam à falta de outros documentos a existência dos artífices cujo nome indicam e que nelas viviam arruados.

As corporações de ofícios, que são em Portugal mais modernas do que em Espanha, França, Itália e Alemanha, parece datarem em Lisboa e no Pôrto, o mais tardar, do comêço do século XV.

Na primeira metade do século XVI determinou D. João III que em Guimarães houvesse doze misteres, ou seja doze representantes das corporações de ofícios a quem incumbia eleger anualmente dois, que deviam assistir às sessões da câmara e resolver com os vereadores em dadas questões.

Este documento pressupõe a existência de associações de trabalho com uma vida suficientemente larga para justificar a distinção e regalias que por êle eram conferidas aos artistas seus confrades.

E de facto confraria de alfaiates e sapateiros existia já em Guimarães desde 1296 pelo menos. Em 1315 dois mestres sapateiros, que certamente juntaram na arte o cabedal com que dotaram a sua fundação, instituíram irmandade de sapateiros com capela e hospício próprio.

Faltam elementos para dizer quantos eram os ofícios agremiados em Guimarães. Por uma distribuição de regimentos feita muito mais tarde, em 1719, sabe-se que existiam os de tecelão, tecedeira de tear alto, tecedeira de tear baixo, alfaiate, sapateiro, sombreiro, penteeiro, oleiro, tanoeiro, carpinteiro, pedreiro, serralheiro, ferreiro, cutileiro, espadeiro, albardeiro, seleiro, ferrador, violeiro e moleiro.

Infelizmente nenhum dos primitivos estatutos destas corporações chegou até nós. E dos reformados apenas sabemos existirem o dos ourives, o dos sapateiros, o dos sirgueiros, o dos cutileiros e dos bainheiros, o dos carpinteiros, ensabladores e violeiros.

Estas associações eram meio civis e meio religiosas. Pertencia-lhes a regulamentação do trabalho e a sua fiscalização, de modo a garantir o bom nome da arte, impedindo as fraudes ou as incompetências que a pudessem desacreditar. Pertencia-lhes a organização da aprendizagem e a concessão de diplomas que a atestassem. Pertencia-lhes o encargo de socorrer as viúvas e filhos de confrades pobres, bem como os sufrágios dos que morressem. E agremiados sob a sua bandeira, deviam os confrades comparecer em algumas solenidades religiosas, quando não intervinham nelas com a exibição de certas danças e folias, como na procissão do Corpo de Deus.

As indústrias não se acantonavam de certo exclusivamente no agregado urbano. Como hoje sucede, deviam achar-se em grande parte disseminadas pelas freguesias rurais, tendo apenas em Guimarães o seu entreposto comercial, centro de consumo e de exportação.

A agricultura, no apogeu em todo o reinado de D. Afonso IV e D. Pedro I, decaía em tempo de D. Fernando e não se levantou. Às côrtes de D. João I em 1428 queixavam-se os procuradores de Guimarães da grande pobreza dos lavradores do têrmo, «que se o rei lhe mandasse lançar lanças e escudos venderão os bois com que lavram e os bens per que se mantem pera comprar as ditas lanças e escudo.»

Ao lado dos artífices e dos agricultores, havia os mercadores, cuja rua, pelo menos desde 1340, é prova de que a classe tomara já então o incremento necessário para dar nome a uma rua.

Esta corporação, effectivamente, no século XV era já tam antiga e importante que dirigindo-se a D. Duarte lhe dizia muito convictamente: «Outrossy, senhor, sabe vossa mercê que desde o fundamento do mundo sempre foi costume que os mercadores desta *villa*...»

Os mercadores de Guimarães carregavam suas mercadorias na cidade do Pôrto, e faziam um comércio duplo, indo vender ao estrangeiro os produtos da terra e trazendo para Portugal aquilo que cá era facilmente negociável.

Em 1436 reclamavam os mercadores vimaranenses em côrtes contra o privilégio que haviam obtido os do Pôrto para que se não carregassem aí mercadorias com valor inferior a trezentas coroas de ouro, porque muitos mercadores havia em Guimarães que com pequeno capital negociavam, não carregando muitas vezes mais que o valor de cento e cinqüenta coroas, passando o mar, vendendo e trazendo o retôrno. E, por causa do privilégio do Pôrto, tinham de ir aos portos de Espanha, o que lhes era penoso a êles e prejudicial aos dízimos e sisas de Sua Majestade.

Com o descobrimento das ilhas adjacentes e da costa de África, o comércio vimaranense aumentou muito. Em tempo de D. João III os mercadores de Guimarães navegavam entre os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias, o continente português e as terras de Flandres em naus, já do Pôrto, já de Vila do Conde, já de Viana, já de Azurara ou de Aveiro, negociando em açúcar, pimenta, cravo, gengibre, mel, queijo, algodão, panos, baetilhas, feltros, chapéus, linhas, cortiça, couros, pentes, etc.

Às vezes os corsários franceses davam nêles, até mesmo dentro dos nossos portos e, quando os não trucidavam, metiam-nos a tormentos para declararem seus haveres, levavam-nos cativos a Dieppe, a Croisic, a St. Malo e outros

portos do litoral francês onde alguns morreram no cárcere. Outras vezes em um batel deixavam-nos ao sabor das ondas ou desembarcavam-nos em praias desertas, onde corriam risco de morrer à míngua.

Voltando à pátria, os mercadores, ao comêço, ainda mandavam a Ruão ou outra cidade requerer sua justiça; mas depressa se desiludiram de que em França se não fazia justiça de semelhantes roubos, porque ou lhes não davam sentenças favoráveis, ou, se as obtinham, não conseguiam vê-las executadas.

Além dêste comércio marítimo tínhamos comércio terrestre com a Espanha, em que era sobretudo importante o negócio da linha, de que no período a que me circunscrevi não encontro vestígios escritos, mas que existiu e de que muito falam os monumentos da época seguinte.

Guimarães era também um grande interposto no comércio interno. Sede de um vasto têrmo e de uma extensíssima comarca que abrangia perto de trinta concelhos, a sua situação tornava-a a chave do comércio com os concelhos mais interiores de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes. Pela estrada de Chaves, que por Montelongo, Celorico e Cabeceiras de Basto vai a Ribeira de Pena, atravessando a Ponte de Cavez, que um dominico de Guimarães fêz construir à custa de imensos sacrifícios, fazia-se em grande parte o comércio transmontano.

A vila possuía como muitas outras um privilégio do Conde D. Henrique para que nenhum poderoso pudesse viver em Guimarães sem consentimento do Concelho. A designação é um pouco vaga, mas sempre se entendeu por ela os fidalgos, a quem D. Fernando, além disso, proibiu que pousassem na vila mais de oito dias.

Não quer isto dizer que Guimarães fôsse terra exclusivamente de pobres artistas, donde o elemento rico estivesse em absoluto excluído. Já vimos que na vila morava Gomes da Arrochela, senhor de grandes cabedais; e de outros, como Abril Pincalho e Urraca Manteiga, testemunham as *Inquirições* de 1258 abundante fortuna. Pelo que toca a fidalgos, fez-se atrás menção de Afonso Lourenço de Carvalho e seu cunhado Paio Rodrigues, escudeiros e vassalos del Rey. Mas eram a princípio tam poucos ou tam comedidos, os fidalgos, que raras e dúbias notícias ficaram dêles. De alguns cuja lembrança veio até nós, como troncos de famílias chamadas nobres se tratavam então, ou, se no honrado exercício de misteres plebeus, estavam juntando o cabedal que havia de permitir o ennobrecimento da sua descendência.

Depois com o andar dos tempos tornaram-se mais numerosos e mais ousados.

Nas côrtes de 1439 queixam-se os procuradores de que Gonçalo Pereira, D. Branca de Vilhena, Martim Afonso de Sousa, Martim de Castro, D. Sancho e outros fidalgos estendiam demasiado os limites das suas honras, a pontos de as aumentarem dez vezes mais que o seu tamanho real. Nas côrtes de 1446 voltam a insistir, dizendo mais que Gonçalo Pereira estabelecera juiz e cadeia

em duas quintas suas, onde prendia sem que tal tivesse autoridade ou jurisdição. Nas mesmas côrtes os procuradores de Guimarães acusam Fernam Coutinho, senhor do Couto de Belmir, de ter tomado certos filhos de lavradores para como criados o servirem; e, porque êles e os pais não quisessem, presos os mandou ao castelo de Celorico, donde só os soltou sob fiança. Ainda nestas côrtes os procuradores de Guimarães deram capítulos contra Rui Vaz que, apesar dos privilégios da vila, nela se havia estabelecido, comprando casas para sua morada e retendo a cadeia do Concelho para sua cavaliariça e palheiro. Rui Vaz abrigava malfeitores, dava pancadas nos judeus e judias, e tomava aos lavradores do têrmo, carneiros, galinhas e palha. E por «a sua casa se chegarem alguns que são teudos à justiça, os juizes não ousam a fazer delles cumprimento de direito com medo do dito Ruy Vaz e doutros». Por falta de sustento os bois depereciam e, se os lavradores tentavam queixar-se às justiças, estas não faziam caso; e os criados de Rui Vaz ainda lhes prometiam e liberalmente distribuíam pauladas.

Vendo isto, o concelho tinha querido pô-lo fora, para o que, fundado nos seus privilégios, recorrera ao Infante Regente. O Infante pediu que o deixassem estar mais alguns dias, porque Rui Vaz estava doente; e corridos onze meses andava o fidalgo são, dizendo que havia de demorar-se enquanto fôsse sua vontade.

O corregedor e os seus meirinhos, o chanceler e o seu escrivão, o porteiro e o carcereiro eram outra praga. Queriam também lenha e palha e obrigavam os juizes de Guimarães a apresentar-lha de graça.

O recebedor dos dinheiros para Ceuta, não contente com a sangria que operava, queria ainda obrigar o concelho a que por homens seus procedesse à cobrança, levando-lhe a casa o dinheiro.

O carcereiro do castelo levava aos presos uma carceragem abusiva contra o que estava estatuído.

Os bêsteiros, que eram obrigados a servir em Ceuta um ano, viam-se lá retidos indevidamente dois, três e até cinco anos, deixando mulher e filhos e bens ao desamparo.

Com pretexto na lutuosa que tinha a receber, o anadel-mor Afonso Furtado vexava as viúvas dos bêsteiros, penhorando-as e recusando-se a aceitar em pagamento da lutuosa, a besta de uso do falecido, como era sua obrigação.

O alcaide e o meirinho, que o ouvidor do Duque de Bragança tinha posto na vila, nunca perdiam o ensejo de aprovisionar o arsenal de seu amo com as armas que os incautos trouxessem à vista.

E sôbre tudo isto, como se tudo isto não fôsse bastante, havia os echacorvos.

Os echacorvos eram uma espécie de andadores que vinham da Galiza esmolando para Santo Antão, para a Senhora de Guadalupe, para o Azinhoso, para Santa Maria da Estrêla e outros Santos. Eram leigos, mas vestiam de frades e à sombra do peditério cometiam inúmeros malefícios. Chegavam a juntar-se em Guimarães duzentos e mais. Permanentemente andavam perto de cinqüenta, a tal ponto que, pelo país fora, quando os mercadores da vila iam feirar eram desprezivelmente chamados echacorvos, no que recebiam grande ofensa.



Seria útil e curioso acompanhar ainda a história de Guimarães nos seus períodos últimos, através da da dominação filipista e da restauração brigantina.

A revolução de 1640, a guerra que se lhe seguiu, a invasão francesa, durante a qual a câmara de Guimarães deliberou em nome de Sua Majestade o Imperador dos franceses, Rei de Itália e Protector da Confederação do Reno, a revolução de 1820, as lutas liberais, a Maria da Fonte, tudo isso nos oferecia situações, ora pitorescas ora heróicas, sempre eminentemente sugestivas da nossa vida local.

Mas o tempo já decorrido força-me a parar aqui. E dar-me hei por feliz, se os que me escutaram gravarem na memória um certo número de verdades que são geralmente ignoradas ou desprezadas:

I. Guimarães nasceu em volta do convento fundado por Mumadona numa quinta sua, no meado do século X. Anteriormente a esta data não existia no local onde nos encontramos qualquer agregado urbano. Como consequência: nem Guimarães pode ter sido a Araduca de Ptolomeu, nem S. Dâmaso, que viveu no século IV, pode ter sido vimaranense.

II. A Igreja de Sant'Iago foi construída pelos franceses que acompanharam o Conde D. Henrique, e na sua descendência se manteve muitos anos. Como consequência: esta igreja não pode ter sido templo de Ceres, nem Sam Tiago a pode ter cristianizado.

III. O castelo de Guimarães chamava-se de S. Mamede. Os documentos coevos dizem que a batalha de S. Mamede se feriu junto do Castelo. Como consequência: a batalha entre D. Afonso I e sua mãe não se deu em qualquer ponto do Vale de S. Torquato.

IV. Nenhum documento coevo diz que D. Afonso Henriques nascesse em Guimarães. Os primeiros livros que referem o nascimento em Guimarães da-

tam do século XVII e não alegam autoridade mais antiga. Como consequência: é incerta a naturalidade de D. Afonso Henriques.

V. O Arcebispo S. Geraldo já tinha falecido em 1109. Como consequência: não é provável que baptizasse o rei, nascido, ao que parece, em 1111.

Scientes disto e do mais que expus, nem daremos motivo a que nos chamem bárbaros por não conhecermos a nossa história, nem nos prestaremos ao riso por a narrarmos amplificada com fábulas inconsistentes.

Disse.